Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
PORTARIA GM/MS Nº 971, DE 3 DE MAIO DE 2006	Cria a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.960, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2008	Aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html
PORTARIA Nº 122, DE 6 DE JULHO DE 2012	Criação da Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares em saúde da Cidade do Recife.	http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=108&aedicaano=2012&ccadercodi=2&csecaocodi=51&cmatercodi=1&QP=Integrativas&TP=
PORTARIA Nº 1.082, DE 23 DE MAIO DE 2014	Redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado; e estabelece novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1082_23_05_2014.html
PORTARIA Nº 1.083, DE 23 DE MAIO DE 2014	Institui o incentivo financeiro de custeio para o ente federativo responsável pela gestão das ações de atenção integral à saúde dos adolescentes em situação de privação de liberdade.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1083_23_05_2014.html
DIRETRIZES NACIONAIS PARA A ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES E JOVENS NA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	Dispõe sobre a organização da Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens nos estados e municípios.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf
LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013	Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
NOTA TÉCNICA Nº 2/2025-COSAJ/CGCRIAJ/DGCI/SAPS/MS	Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência - “Prevenção da Gravidez na adolescência, promovendo a saúde e garantindo direitos”.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2025/nota-tecnica-no-2-2025-cosaj-cgcriaj-dgci-saps-ms
PROTOCOLO UNIFICADO DE ATENDIMENTO INTEGRADO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIAS NA CIDADE DO RECIFE	Consolidação das políticas públicas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes no Recife.	https://comdica.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/2025/09/Protocolo-unificado-recife-v7-202509.pdf
LEI Nº 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm
PORTARIA GAB/SS/PCR Nº 031 DE 21 DE MARÇO DE 2006	Cria o Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra (GTSPN) com o objetivo principal de implantação da Política Municipal de Atenção à Saúde da População Negra.	https://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=34&aedicaano=2006&ccadercodi=2&csecaocodi=12&cmatercodi=1&QP=&TP=
DECRETO Nº 11.656, DE 23 DE AGOSTO DE 2023	Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11656.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.656%2C%20DE%2023,de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Igualdade%20Racial.
LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm
DECRETO Nº 43.777, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016	Dispõe sobre a inclusão do quesito raça ou cor nos sistemas de informação, avaliação, monitoramento, coleta de dados, censos, ações e programas no âmbito da Administração Pública estadual direta e indireta.	https://legis.alepe.pe.gov.br/dadosReferenciais.aspx?id=25440

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
PORTARIA Nº 992, DE 13 DE MAIO DE 2009	Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf
PORTARIA Nº 344, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017	Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.html
PORTARIA N° 111//2025, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025	Institui a Política Municipal de Saúde Integral da População Negra (PMSIPN) no Município do Recife.	https://dome.recife.pe.gov.br/dome//doDia.php?dataEdicao=2025-10-02
PORTARIA 117/2025-GAB/SS, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025	Dispõe sobre a instituição do Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN) no município do Recife.	https://dome.recife.pe.gov.br/dome//doDia.php?dataEdicao=2025-10-16
PASSO A PASSO DAS AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL	Orientação para organização dos serviços de saúde bucal.	PASSO A PASSO DAS AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL
LEI Nº 14.572 DE 08 DE MAIO DE 2023	Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm
PROTOCOLO DA ATENÇÃO EM SAÚDE BUCAL NO MUNICÍPIO DO RECIFE	Organização do processo de trabalho das equipes de saúde bucal do Recife.	PROTOCOLO INTEGRADO DE ATENÇÃO EM SAÚDE BUCAL (VERSÃO FINAL).docx
PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO BRASIL, 2021-2030	O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030 (Plano de Dant), apresenta-se como diretriz para a prevenção dos fatores de risco das Dant e para a promoção da saúde da população com vistas a dirimir desigualdades em saúde. Cabem em seu escopo a criação e o fortalecimento de políticas e programas intersetoriais, a estratégia de organização de serviços em rede, a construção de governança de processos, a produção de informações direcionadas à tomada de decisão baseada em evidências, o controle social e a inovação na gestão, na pesquisa e nos serviços de saúde.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf/view
PORTARIA CONJUNTA Nº 10, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Tabagismo.	https://www.inca.gov.br/publicacoes/relatorios/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-do-tabagismo
PORTARIA GM/MS Nº 502, DE 1º DE JUNHO DE 2023	Institui o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/legislacao/portaria-gm-ms-no-502-de-1o-de-junho-de-2023/view
PORTARIA GM/MS Nº 6.591, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2025	Regulamenta as políticas sobre câncer e os sistema de informações.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2025/prt6591_07_02_2025.html#:~:text=Altera%20a%20Portaria%20de%20Consolida%C3%A7%C3%A3o,e%20Controle%20do%20C%C3%A2ncer%20%2D%20RPCC.
LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
DECRETO Nº 11.793/2023, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite 2° Edição.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11793.htm
PORTARIA GM/MS Nº 1.526, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1526_16_10_2023.html
PORTARIA Nº 067/2016	Aprova a Política Municipal de Atenção Integrada à Saúde da Pessoa com Deficiência.	https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/portaria_politica_municipal_de_atencao_integrada_a_saude_da_pessoa_com_deficiencia.pdf

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
LEI Nº 15.176, DE 23 DE JULHO DE 2025	Altera a Lei nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, para prever programa nacional de proteção dos direitos da pessoa acometida por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica ou por Síndrome Complexa de Dor Regional ou outras doenças correlatas. A fibromialgia é equiparada à deficiência para fins legais.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15176-23-julho-2025-797775-publicacaooriginal-175981-pl.html
PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009	Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, incluindo o direito ao uso do nome social de pessoas trans e travestis.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html
PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html
PORTARIA Nº 35/2016-GAB/SS, DE 08 DE JULHO DE 2016	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) municipal, a Política Municipal de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Municipal de Saúde Integral LGBT).	https://dome.recife.pe.gov.br/dome/doDia.php?dataEdicao=2016-07-12 Página 6 e 7
PORTARIA Nº 141/2024, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024	Institui as diretrizes antirracistas, antiLGBTQIAPN+fóbicas e anticapacitistas para implantação e implementação de políticas públicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do município do Recife.	https://dome.recife.pe.gov.br/dome//doDia.php?dataEdicao=2024-10-24
LEI MUNICIPAL Nº 19.241, DE 15 DE JUNHO DE 2024	Institui, no âmbito do Município do Recife, o Programa Mãe Coruja Recife.	https://dome.recife.pe.gov.br/dome//doDia.php?dataEdicao=2024-06-15
LEI ESTADUAL Nº 16.245, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017	Altera a Lei nº 13.959, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Programa Mãe Coruja Pernambucana.	https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=16245&complemento=0&ano=2017&tipo=&url=
DECRETO MUNICIPAL Nº 28.529, DE 19 DE JANEIRO DE 2015	Autoriza a Adesão, do município, ao Programa Mãe Coruja Pernambucana.	https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/decreto/2015/2852/28529/decreto-n-28529-2015-autoriza-a-adesao-ao-programa-mae-coruja-pernambucana?r=p
PORTARIA Nº 1.707, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016	Redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos; unifica o repasse do incentivo financeiro de custeio por meio do Piso Variável da Atenção Básica (PAB Variável); e redefine os critérios de similaridade entre Programas em desenvolvimento no Distrito Federal e nos Municípios e o Programa Academia da Saúde.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt1707_23_09_2016.html
DECRETO MUNICIPAL Nº 22.345, DE 18 DE OUTUBRO DE 2006	Reestrutura o regulamento do Programa Academia da Cidade.	(https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2006/2235/22345/decreto-n-22345-2006-reestrutura-o-regulamento-do-programa-academia-da-cidade)
NOTA TÉCNICA PARA ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE COM FOCO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E NA ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA - SAÚDE DA PESSOA IDOSA	Recomendações para organização da RAS da pessoa idosa, com foco nos processos integrados da Atenção Primária à Saúde (APS) e da Atenção Ambulatorial Especializada (AAE), de acordo com o Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC).	https://www.conass.org.br/biblioteca/saude-da-pessoa-idosa/
PORTARIA MS Nº 2.528, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006	Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.	https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/antigos/portaria-ms-no-2-528-de-19-de-outubro-de-2006
LEI Nº 10.741, DE 01 DE OUTUBRO DE 2003	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10741&ano=2003&ato=c8egXU610dRpWT951
LEI Nº 12.461, DE 26 DE JULHO DE 2011	Estabelece a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso em serviços de saúde, tanto públicos quanto privados.	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12461&ano=2011&ato=861k3ZE1UMVpWTe2e
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA ENFRENTAMENTO À HANSENÍASE 2024-2030	A Estratégia Nacional para Enfrentamento à Hanseníase 2024-2030 é resultado de um processo de planejamento que envolveu diversos atores, com diversas perspectivas, de forma a contemplar todas as áreas de interesse para a eliminação da doença no País.	Estratégia Nacional para Enfrentamento à Hanseníase 2024-2030

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS DA HANSENÍASE	Instituído por meio da Portaria SCTIE/MS nº 67, de 7 de julho de 2022 (Anexo A), consistiu em uma iniciativa da Coordenação-Geral de Vigilância das Doenças em Eliminação – CGDE/DCCI/SVS/MS no sentido de normatizar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), uma diretriz baseada em evidências.	https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/publicacoes_ms/copy_of_20230131_PCDT_Hanseniase_2022_eletronica_ISBN.pdf
PORTARIA GM/MS Nº 635, DE 22 DE MAIO DE 2023	Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-635-de-22-de-maio-de-2023-484773799
PORTARIA GM/MS Nº 5.273, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024	Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes da Atenção Primária à Saúde.	https://cosemspi.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Portaria-GM_MS-No-5.273-DE-9-DE-SETEMBRO-DE-2024-Portaria-GM_MS-No-5.273-DE-9-DE-SETEMBRO-DE-2024-DOU-Imprensa-Nacional.pdf
DECRETO PRESIDENCIAL Nº 6.286, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007	Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.055, DE 25 DE ABRIL DE 2017	Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html
PORTARIA GM/MS Nº 7.568, DE 14 DE JULHO DE 2025	Define e habilita os municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE ao recebimento de recursos financeiros referentes ao ciclo 2025/2026.	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-7.568-de-14-de-julho-de-2025-641910588
NOTA TÉCNICA Nº 30/2024 - CGEDESS/DEPROS/SAPS/MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2024	Documento Orientador do Programa Saúde na Escola: Indicadores e Padrões de Avaliação do Ciclo 2025/2026.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-no-30-2024-cgedess-deppros-saps-ms
LEI Nº 10.216, DE 06 DE ABRIL DE 2001	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm
PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
PORTARIA Nº 3.090, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	Altera a Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000, e dispõe, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, sobre o repasse de recursos de incentivo de custeio e custeio mensal para implantação e/ou implementação e funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) (SUS).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3090_23_12_2011_rep.html
PORTARIA GM/MS Nº 5.738, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024	Altera as Portarias de Consolidação MS nºs 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Centro de Convivência - CECO da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5738_09_12_2024.html
LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm
DECRETO Nº 11.432, DE 8 DE MARÇO DE 2023	Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11432.htm#:~:text=DECRETA%3A,%C3%A0%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20dignidade%20menstrual.
LINHA DE CUIDADO DA SAÚDE DA MULHER	Protocolo que subsidia a assistência à saúde realizada pelos profissionais da Atenção Básica às mulheres e às pessoas que gestam.	https://sites.google.com/view/protocolomulherrecife/protocolo-de-aten%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica-do-recife-aten%C3%A7%C3%A3o-ao-pr%C3%A9-natal-parto-e-puerp%C3%A9
PORTARIA Nº 5.350, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede Alyne.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5350_13_09_2024.html
NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 220/2024-DGCI/SAPS/MS DAHU/SAES/MS	Nota Técnica Conjunta das Secretarias de Atenção Primária à Saúde e da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde sobre a Rede Alyne, instituída pela Portaria GM/MS n°5.350 e Portaria GM/MS n°5.359 de 12 de setembro de 2024.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-conjunta-no-220-2024-dgci-saps-ms-e-dahu-saes-ms.pdf

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
LEI Nº 15.139, DE 23 DE MAIO DE 2025	Institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre o registro de criança nascida morta.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15139.htm
NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 419/2025-DGCI/DESCO/SAPS/MS	Disponibilização do Implante Subdérmico Contraceptivo liberador de etonogestrel 68mg às mulheres de 14 a 49 anos, com oferta prioritária na Atenção Primária à Saúde, bem como a legalidade, segurança jurídica e respaldo técnico da atuação de médicos(as) e enfermeiros(as) devidamente habilitados(as) na inserção e retirada de LARCs - do Dispositivo Intrauterino (DIU) e do Implante Subdérmico Contraceptivo.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2025/nota-tecnica-no-419-2025-dgci-desco-saps-ms.pdf/view
PORTARIA GM/MS Nº 3.076, DE 15 DE JANEIRO DE 2024	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a execução, os critérios, os procedimentos e o monitoramento da disponibilização gratuita de absorventes higiênicos e outras ações do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual no âmbito do Ministério da Saúde.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3076_17_01_2024.html
NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 403/2025-CGESMU/DGCI/SAPS/MS	Orientações sobre a operacionalização do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e da Dignidade Menstrual (PDM), incluindo os procedimentos para emissão de autorização de retirada de absorventes higiênicos pelo e-SUS APS e pelo e-Gestor APS.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2025/nota-tecnica-conjunta-no-403-2025-cgesmu-dgci-saps-ms.pdf
PORTARIA Nº 92/2021 – GAB/SS, DE 26 DE ABRIL DE 2021	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da População em Situação de Rua (PSR).	https://drive.google.com/file/d/13d5YVfOmmyjvniul5S_2fQAmOlUXCc-J/view
DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207053&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.053%20DE%2023%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20para,que%20lhe%20confere%20o%20art.
PORTARIA GM/MS Nº 1.063, DE 8 DE AGOSTO DE 2023	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.063-de-8-de-agosto-de-2023-501833297
PORTARIA Nº 122, DE 25 DE JANEIRO DE 2011	Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html
DIRETRIZES OPERACIONAIS DOS CONSULTÓRIOS NA RUA DO RECIFE	Define as diretrizes operacionais das equipes de consultórios na rua da cidade do Recife que visa orientar a organização e funcionamento das equipes, com vistas a subsidiar a estruturação do processo de trabalho e de gestão para a garantia da atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua.	Diretrizes operacionais versão 2024 (1) (1) (1) (1).pdf
BRASIL LIVRE DA TUBERCULOSE - PLANO NACIONAL PELO FIM DA TUBERCULOSE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA: ESTRATÉGIAS PARA 2021-2025	O Plano tem como objetivo oferecer subsídios para que gestores em saúde e coordenadores dos programas de TB possam planejar, priorizar, implementar e monitorar ações estratégicas de controle da doença, de acordo com as necessidades e as características de seus cenários e subcenários, no período de 2021 a 2025.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/brasil-livre-da-tuberculose/view
MANUAL DE RECOMENDAÇÕES E CONTROLE DA TUBERCULOSE NO BRASIL	Estabelece as diretrizes nacionais para o controle da doença, que incluem procedimentos clínicos padronizados, procedimentos laboratoriais, sistema de vigilância, ações de biossegurança e organização de serviços.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/manual-de-recomendacoes-e-controle-da-tuberculose-no-brasil-2a-ed.pdf/view

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
PROTOCOLO DE VIGILÂNCIA DA INFECÇÃO LATENTE PELO MYCOBACTERIUM TUBERCULOSIS NO BRASIL	O Protocolo de Vigilância da Infecção Latente pelo Mycobacterium tuberculosis (ILTB) no Brasil tem como objetivo orientar os serviços de saúde na identificação, acompanhamento e tratamento de pessoas com risco de adoecimento por tuberculose. O documento reúne diretrizes para implantação e fortalecimento da vigilância da ILTB, buscando ampliar a detecção, garantir a oferta do tratamento preventivo e, assim, contribuir para a redução da transmissão e do adoecimento pela tuberculose no país.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/protocolo-de-vigilancia-da-infeccao-latente-pelo-mycobacterium-tuberculosis-no-brasil.pdf/view
LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022	Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14289.htm
NOTA INFORMATIVA Nº 3/2025-CGTM/DATHI/SVSA/MS	Atualiza as orientações às coordenações dos programas estaduais e municipais de tuberculose (TB) sobre a Lei nº 14.289, de 3 de janeiro de 2022, que trata da preservação do sigilo sobre a condição da pessoa com TB, e revoga a Nota Informativa Nº 3/2022-CGDR/DCCI/SVS/MS.	https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/notas-informativas/2025/nota-informativa_no_3_2025_cgtm_dathi_svsa_ms.pdf/view#:~:text=2025%2DCGTM%2F.-,DATHI%2FSVSA%2FMS,%2FDCCI%2FSVS%2FMS.
MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA VACINAÇÃO/2024	Instruções gerais sobre normas e procedimentos para vacinação.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/manual-de-normas-e-procedimentos-para-vacinacao.pdf/view
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO 2026	Calendário Nacional de Vacinação.	https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui-o-calendario-nacional-de-vacinacao-2026.pdf/view
RDC Nº 197, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017	Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2017/rdc0197_26_12_2017.pdf
PORTARIA GM/MS Nº 3.005, DE 2 DE JANEIRO DE 2024	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 5 e 6, de 28 de setembro de 2017, para atualizar as regras do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) e do Programa Melhor em Casa (PMeC).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3005_05_01_2024.html
PRIMEIRO PLANO DECENAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA DO RECIFE 2020 - 2030	Dispõe sobre Plano Decenal para Primeira Infância de Recife, 2020 a 2030.	https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/_livro_da_primeira_infancia_-_v00.49.pdf
PORTARIA Nº 1.130, DE 5 DE AGOSTO DE 2015	Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html
DECRETO Nº 12.574, DE 05 DE AGOSTO DE 2025	Institui a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI).	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.574-de-5-de-agosto-de-2025-646726880
CARTA DO RECIFE | 2023	Síntese das reflexões e discussões desenvolvidas ao longo do Seminário Nacional e Internacional “Paternidade e Cuidado” que aconteceu em Recife, entre 30 de agosto e 1º de setembro de 2023.	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-homem/publicacoes/carta-do-recife-2023/view
NOTA TÉCNICA Nº 34/2023-COSMU/CGACI/DGCI/SAPS/MS	Trata-se de orientações a gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal em relação à Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022, que alterou a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, sobre Planejamento Familiar.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2023/sei_ms-0033574409-nota-tecnica-laqueadura-vasectomia.pdf
PORTARIA GM/MS Nº 3.562, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2021	Altera o Anexo XII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt3562_15_12_2021.html
GUIA DO PRÉ-NATAL DO PARCEIRO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE	O Guia do Pré-Natal do Parceiro – 2ª edição tem como objetivo orientar os serviços de saúde na inclusão do homem no acompanhamento da gestação, parto e pós-parto. O documento reúne diretrizes para realização de consultas, exames, vacinação, testagens e ações educativas, buscando ampliar o acesso dos homens à Atenção Primária, fortalecer a paternidade ativa e contribuir para o cuidado compartilhado e a saúde da família.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pre_natal_profissionais_saude_2ed.pdf

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
NOTA TÉCNICA Nº 9/2023-COSAH/CGACI/DGCI/SAPS/MS	A Nota Técnica nº 9/2023 do Ministério da Saúde orienta sobre a abordagem do câncer de próstata na Atenção Primária, recomendando não realizar rastreamento populacional em homens assintomáticos. O documento indica investigação apenas diante de sintomas ou alto risco e reforça a decisão compartilhada e as ações de educação em saúde.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2023/nota-tecnica-no-9-2023.pdf
PORTARIA GM/MS Nº 5.836, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2024	Habilita Estados, Distrito Federal e Municípios ao recebimento de incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), referente ao exercício financeiro de 2025.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5836_09_12_2024.html
PORTARIA Nº 1.056, DE 24 DE MAIO DE 2016	Habilita os Municípios que receberão recursos financeiros para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional por meio da compra de equipamentos antropométricos adequados.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt1056_24_05_2016.html
PORTARIA Nº 2.715, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011	Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2715_17_11_2011.html
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 2/2017	Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), com vistas à revisão da regulamentação de implantação e operacionalização vigentes, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente Atenção Básica, na Rede de Atenção à Saúde (RAS). (Origem: PRT MS/GM 2436/2017, Art. 1º).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html
MANUAL DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO RECIFE	O manual do ACS tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a atuação dos (as) ACS da AB no município do Recife, considerando as especificidades e necessidades de atuação no território.	https://drive.google.com/file/d/1gbXzopIhgjRcArO6UvRaj-TsWZjgLFi_/view
CARTEIRA DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA DO RECIFE	A carteira de serviços da AB do recife visa nortear as ações de Saúde oferecidas pelos profissionais da Atenção Básica à população no município do Recife.	https://drive.google.com/file/d/17M0QywuwxMkzhju7Zlq0olULKuUv0sEF/view
PROTOCOLO DE ORIENTAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA DO RECIFE	O protocolo de acolhimento visa orientar a organização do processo de acolhimento acerca das práticas e condutas que podem ser realizadas diante das demandas acolhidas pelas Unidades de Saúde da Família (USF).	https://drive.google.com/file/d/1TR0jPeZ__RFpnAUy4_Gn_Dc4wE7aZien/view
MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE PARA ATENÇÃO BÁSICA DO RECIFE	O modelo de atenção para a AB surge como um guia essencial para orientar as ações e políticas de saúde na Atenção Básica, de acordo com o modelo preconizado para a cidade do Recife.	https://drive.google.com/file/d/10FuZsiY9KnjyoJnjdzzUYvykq9pCQpLc/view
BASES PARA IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE ATENÇÃO ÀS CONDIÇÕES CRÔNICAS	O documento objetiva instrumentalizar os profissionais da saúde para o manejo deste modelo, proposto como estratégia de reorganização dos processos de trabalho na Atenção Básica do município do Recife.	https://drive.google.com/file/d/1qGDRvIFrfL9_K7ucsoexcD8XyTHLYMhn/view
PROGRAMA RECIFE MONITORA FORTALECENDO A QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA	Parte estruturante do Qualifica AB, o Recife Monitora é um programa de avaliação e melhoria da qualidade na atenção básica, que se propõe a integrar dados de diversas fontes para facilitar a gestão informada por evidências ao nível de cada equipe de saúde da família do município.	Manual_de_Avaliacao_de_Qualidade___Recife_Monitora_5__versao_09.01.26.docx.pdf
PORTARIA GM/MS 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para instituir nova metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3493_11_04_2024.html
FICHAS TÉCNICAS DOS NOVOS INDICADORES DE COFINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	Fichas Técnicas completas com a descrição dos indicadores, orientações de uso e critérios de avaliação.	https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/publicacoes/fichas-tecnicas
PORTARIA GM/MS Nº 10.175, DE 23 DE JANEIRO DE 2026	Lista Nacional de Notificação Compulsório de doenças, agravos e eventos de Saúde Pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-10.175-de-23-de-janeiro-de-2026-683062951

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
GUIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, VOLUME 1	Documento técnico sobre identificação, notificação e investigação, que garante a uniformidade das informações epidemiológicas (volume 1).	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-1-6a-edicao/view
GUIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, VOLUME 2	Documento técnico sobre identificação, notificação e investigação, que garante a uniformidade das informações epidemiológicas (volume 2).	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-2-6a-edicao
GUIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, VOLUME 3	Documento técnico sobre identificação, notificação e investigação, que garante a uniformidade das informações epidemiológicas (volume 3).	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-3-6a-edicao/view
DIRETRIZES PARA VIGILÂNCIA, ATENÇÃO E ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA: MANUAL TÉCNICO-OPERACIONAL	Manual que fornece subsídios, apoio e orientação aos profissionais que atuam na vigilância em saúde, atenção básica e demais níveis de atenção, no que se refere às diretrizes para vigilância, à assistência e à eliminação da hanseníase como problema de saúde pública no Brasil.	https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/diretrizes-vigilancia-atencao-eliminacao-hanseniase.pdf
RESOLUÇÃO Nº 11, DE 22 DE MARÇO DE 2011	Orientações sobre o controle da substância Talidomida e do medicamento que a contenha para Hanseníase.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/res0011_21_03_2011.html
PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS DA HANSENÍASE E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE	Estabelecer os critérios para diagnóstico e tratamento de indivíduos acometidos pela hanseníase. Este Protocolo tem como um dos principais objetivos a promoção da efetiva descentralização do cuidado em hanseníase para a Atenção Primária à Saúde (APS).	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hanseniase/publicacoes/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-da-hanseniase-2022/view
NOTA TÉCNICA Nº 20/2023-CGDE/DEDT/SVSA/MS	Determinações terapêuticas em função do aumento na detecção de casos de Mycobacterium leprae resistente a quinolonas (hanseníase resistente a ofloxacino).	Nota Técnica nº 20/2023-CGDE/DEDT/SVSA/MS — Ministério da Saúde
NOTA TÉCNICA Nº 8/2022-CGZV/DEIDT/SVS/MS	Informa sobre atualizações no Protocolo de Profilaxia pré, pós e reexposição da raiva humana no Brasil.	https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/10/9-nota-tecnica-ms-no8_2022-informa-sobre-atualizacoes-no-protocolo-de-profilaxia-pre-pos-e-reexposicao-da-raiva-humana-no-brasil.pdf
FLUXOGRAMA DA PROFILAXIA DA RAIVA HUMANA	Profilaxia da Raiva Humana.	https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/10/10-fluxograma-da-profilaxia-da-raiva-humana-da-nota-tecnica-ms-no8_2022.pdf
QUADRO DE PROFILAXIA DA RAIVA HUMANA	Trata sobre a proflaxia da raiva humana, de acordo com o tipo de exposição e animal agresssor.	https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/10/11-quadro-de-profilaxia-de-raiva-humana-nota-tecnica-ms-no8_2022.pdf
GUIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E ELIMINAÇÃO DA FILARIOSE LINFÁTICA	Normas e recomendações para a vigilância epidemiológica, orientações para o manejo clínico das manifestações resultantes da doença filarial e medidas para eliminação da filariose linfática.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_filariose_linfatica.pdf
NOTA TÉCNICA Nº 15/2024-CGHDE/DEDT/SVSA/MS	Trata-se de orientações e recomendações para vigilância da filariose linfática, no contexto da pós-quebra da transmissão no Brasil.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-no-15-2024-cghde-dedt-svsa-ms.pdf
NOTA INFORMATIVA N° 5864766 SESAU/SEVS/GGAM/GEVEPI/DDT/TEC - DIVISÃO DE DOENÇAS TRANSMISSIVEIS	Orientações sobre definição de casos, sinais e sintomas, formas de transmissão, medidas de prevenção e vacinação, fluxo de notificação e ações frente à identificação de surtos de síndrome gripal em escolas e creches.	https://vigilanciaemsaude.recife.pe.gov.br/blog/doenca/gripe-virus-respiratorios/
GUIA DE VIGILÂNCIA INTEGRADA DA COVID-19, INFLUENZA E OUTROS VÍRUS RESPIRATÓRIOS DE IMPORTÂNCIA EM SAÚDE PÚBLICA	Estabelece diretrizes para a vigilância epidemiológica desses agravos, orientando quanto à definição de casos, notificação, investigação, monitoramento, diagnóstico laboratorial, medidas de prevenção e controle, além do manejo de surtos e eventos inusitados.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/guia-vigilancia-integrada-da-covid-19-influenza-e-outros-virus-respiratorios-de-importancia-em-saude-publica/view
GUIA PARA SURTO DE SÍNDROME GRIPAL EM AMBIENTES FECHADOS	orientações quanto à conduta a ser adotada em locais que abrigam populações em situação de maior vulnerabilidade, como abrigos e instituições de acolhimento, diante da ocorrência de surtos de síndrome gripal.	https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2026/01/guia_para_surto_de_sindrome_gripal_em_ambientes_fechados-1.pdf

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 344/2025-CGVDI/DPNI/SVSA/MS	Atualiza algumas orientações técnicas sobre a vigilância do sarampo, da rubéola e da Síndrome da Rubéola Congênita (SRC) e substituem os respectivos itens do Guia de Vigilância em Saúde 6ª edição Revisada, Brasília 2024, a saber: definição de caso suspeito de sarampo e de rubéola; alteração das nomenclaturas de busca ativa de casos suspeitos de sarampo e rubéola; coleta de amostras nos casos suspeitos de SRC; linha do tempo da rubéola; indicadores de qualidade da vigilância das doenças exantemáticas e da vigilância da SRC; boletim de notificação semanal.	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sarampo/notas-tecnicas/nota-tecnica-conjunta-no-344-2025-cgvdi-dpni-svsa-ms
NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 165/2025-DPNI/SVSA/MS	Revoga a Nota Técnica Nº 92/2024 - DPNI/SVSA/MS e atualiza as orientações sobre o tratamento, quimioprofilaxia e medidas de prevenção e controle da coqueluche.	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/coqueluche/nota-tecnica-e-informativa/nota-tecnica-conjunta-no-165-2025-dpni-svsa-ms
NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 154/2024-DPNI/SVSA/MS	Novas orientações para o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica das Meningites e retificação da Nota Técnica nº 97/2024-DPNI/SVSA/MS.	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/meningite/notas-tecnicas/nota-tecnica-conjunta-no-154-2024-dpni-svsa-ms
NOTA TÉCNICA Nº 11/2024	Protocolo com fluxos para manejo e tratamento da esporotricose em Recife.	https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/12/protocolo-esporotricose_prefeitura-do-recife_2025.pdf
DECRETO MUNICIPAL Nº 29.989, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016	Reformula o Comitê Municipal de Prevenção de Acidentes de Trânsito (COMPAT).	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2016/2999/29989/decreto-n-29989-2016-reformula-o-comite-municipal-de-prevencao-de-acidentes-de-transito-compat
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017	Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Estabelece diretrizes para o Projeto Vida no Trânsito, Violências e Registro de Câncer de Base Populacional.	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/legislacao/portaria-de-consolidacao-no-05-de-28-de-setembro-de-2017.pdf/view
LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019	Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13819.htm
PORTARIA MS/GM Nº 1.356, DE 23 DE JUNHO DE 2006	Institui incentivo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para a Vigilância de Acidentes e Violências em Serviços Sentinela, com recursos da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).	https://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-cronicas-nao-transmissiveis/observatorio-promocao-a-saude/portarias/portaria_gm1356_2006.pdf
LEI Nº 14.758, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023	Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14758.htm
NOTA TÉCNICA Nº 2/2025-SVSA/MS	Trata-se de um conjunto de orientações que visam subsidiar e padronizar a notificação compulsória da Doença Falciforme no âmbito do Sistema Único de Saúde.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2025/nota-tecnica-no-2-2025-svsa-ms.pdf/view
PROTOCOLO MUNICIPAL DE ORIENTAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA À SAÚDE E VIGILÂNCIA NOS CASOS DE INTOXICAÇÃO POR METANOL APÓS CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA	Material para orientações e conduções dos casos no município considerando o primeiro alerta de evento nacional emitido pelo Ministério da Saúde, em 30 de setembro de 2025.	https://drive.google.com/file/d/1b6rQa2Lp2OcdyTSqug76yqsXFOA93l7-/view
NOTA TÉCNICA CONJUNTA – SES – SECRETARIA EXECUTIVA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ATENÇÃO PRIMÁRIA, SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO À SAÚDE E AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – Nº 12/2025	Alerta sobre Risco de Intoxicação Exógena por Metanol Associada ao Consumo de Bebidas Alcoólicas Adulteradas.	https://portalcievs.saude.pe.gov.br/docs/SEI_74393138_GOVPE___Nota_Tecnica_12.pdf
NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 376/2025-SVSA/SAES/SECTICS/MS	Nota técnica - Orientações para atendimento e notificação de casos de intoxicação por metanol após consumo de bebida alcoólica.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2025/nota-tecnica-conjunta-no-376-2025-svsa-saes-sectics-ms.pdf

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
PORTARIA Nº 1.119, DE 5 DE JUNHO DE 2008	Regulamenta a Vigilância de Óbitos Maternos.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1119_05_06_2008.html
PORTARIA Nº 116, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009	Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2009/prt0116_11_02_2009.html
PORTARIA Nº 72, DE 11 DE JANEIRO DE 2010 - VIGILÂNCIA DO ÓBITO INFANTIL E FETAL	Estabelece que a vigilância do óbito infantil e fetal é obrigatória nos serviços de saúde (públicos e privados) que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).	https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/portaria72_2010vigilnciainfantilfetal.pdf
PORTARIA GM/MS Nº 1.573, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS), no âmbito do Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1573_17_10_2023.html
PORTARIA GM/MS Nº 6.941, DE 26 DE MAIO DE 2025	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Comitê Nacional de Prevenção da Mortalidade Materna, fetal e Infantil.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2025/prt6941_28_05_2025.html
PORTARIA GM/MS Nº 4.868, DE 17 DE JULHO DE 2024	Dispõe sobre o Incentivo Financeiro às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/Aids), da Tuberculose, das Hepatites Virais e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt4868_30_07_2024.html
PLANO MUNICIPAL DE ELIMINAÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV, SÍFILIS E HEPATITE B	O documento estabelece diretrizes, metas e indicadores que irão orientar o trabalho das equipes de saúde em todas as linhas de cuidado, da atenção básica à especializada, integrando vigilância e assistência. Trata-se de uma agenda estratégica que envolve a garantia do cuidado integral à gestante e parceria, puérpera e criança exposta, fortalecendo ações de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e vigilância contínua.	https://cievsrecife.wordpress.com/informacoes-epidemiologicas/
PORTARIA GM/MS Nº 10.133, DE 13 DE JANEIRO DE 2026	Divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios relativos ao Incentivo Financeiro às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/Aids), da Tuberculose, das Hepatites Virais e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde.	https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/portarias/2026/portaria-gm_ms-no-10-133-de-13-de-janeiro-de-2026.pdf/view
DECRETO Nº 27.481 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013	Institui o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde do Município do Recife - CIEVS RECIFE, define suas competências e estrutura organizacional.	https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/decreto-nc2ba-27-481-de-25-10-2013-institui-o-cievs-recife.pdf
PORTARIA SES/PE Nº. 217 DE 01 DE ABRIL DE 2025	Portaria SES/PE nº 217, de 01 de abril de 2025- Acrescenta doenças, agravos e eventos estaduais à Lista Nacional de Doenças de Notificação Compulsória e dá outras providências.	http://portalcievs.saude.pe.gov.br/docs/Portaria%20SES%20PE%20n%C2%BA%20217,%20de%2001%20de%20abril%20de%202025_Lista%20de%20Notifica%C3%A7%C3%A3o%20(2).pdf
PORTARIA GM/MS Nº 4.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	Portaria GM/MS Nº 4.185, de 1º de dezembro de 2022
PORTARIA Nº 007/2026, DE 22 DE JANEIRO DE 2026	Institui o Centro de Inteligência Epidemiológica do município do Recife (CIE Recife), define sua finalidade, estrutura e competências, e dá outras providências.	https://dome.recife.pe.gov.br/dome//doDia.php?dataEdicao=2026-02-05

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
DECRETO Nº 36.521, DE 05 DE ABRIL DE 2023	Regulamenta a lei municipal nº 18.864/2021 e estabelece os procedimentos para o requerimento, a tramitação e a conclusão, por meio eletrônico, do processo de licenciamento sanitário, no âmbito da secretaria municipal de saúde e dá outras providências.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=445499
DECRETO Nº 38.755 DE 09 DE MAIO DE 2025	Revoga o Decreto Nº 37386/2023, amplia e classifica as atividades de baixo risco, nos termos da Lei Federal Nº 13874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, para fins de simplificação e desburocratização dos processos de licenciamento urbanístico, ambiental e sanitário no Município de Recife/PE.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=479556
NORMA TÉCNICA ESPECIAL Nº 01/2015	A presente NTE tem como objetivo estabelecer requisitos para funcionamento dos serviços de saúde e de interesse à saúde que realizam processamento de artigos visando à segurança dos usuários e dos profissionais envolvidos.	https://licenciamentounificado.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2022-06/NTE%2001-2015%20Esteriliza%C3%A7%C3%A3o.pdf
NORMA TÉCNICA SESAU Nº 1 DE 01 DE JUNHO DE 2017	Estabelece as atividades relacionadas à importação, exportação, extração, fabricação, produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, distribuição, embalagem, fracionamento, comercialização e uso de alimentos.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=344302
DECRETO Nº 39.371 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025	Altera o Decreto Nº 38755/2025, que estabelece a classificação das atividades econômicas de médio risco, para ampliar e classificar as atividades de baixo risco, nos termos da Lei Federal Nº 13874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, para fins de simplificação e desburocratização dos processos de licenciamento urbanístico, ambiental e sanitário no Município de Recife/PE.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=488836#:~:text=Altera%20o%20Decreto%20N%C2%BA%2038755,de%20simplifica%C3%A7%C3%A3o%20e%20desburocratiza%C3%A7%C3%A3o%20dos
DECRETO Nº 19.187/02, DE 16 DE JANEIRO DE 2002	Instituiu o Programa de Saúde Ambiental do Recife, sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde.	http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/decreto/19187/
NOTA TÉCNICA Nº 13/2024-CGZV/DEDT/SVSA/MS	Esclarece as atribuições e competências das Unidades de Vigilância de Zoonoses.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-no-13-2024-cgzv-dedt-svsa-ms.pdf/view
PORTARIA Nº 3.908/GM, DE 30 DE OUTUBRO DE 1998	Estabelece procedimentos para orientar e instrumentalizar as ações e serviços de saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3908_30_10_1998.html#:~:text=Considerando%20que%20cabe%20ao%20Minist%C3%A9rio,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o.
PORTARIA GM/MS Nº 3.120/1998 (PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28/09/2017)	Aprova a Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS, na forma do Anexo a esta Portaria, com a finalidade de definir procedimentos básicos para o desenvolvimento das ações correspondentes.	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/legislacao/portaria-de-consolidacao-no-05-de-28-de-setembro-de-2017.pdf/view
PORTARIA GM/MS Nº 1.679/2002 (PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 3, DE 28/09/2017)	Instituiu a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) no SUS, definindo a estruturação de Centros de Referência (CEREST) estaduais e regionais para promover ações de vigilância e assistência.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017ARQUIVO.html
LEI Nº 16.922/2003	Estabelece normas para procedimentos de implantação da vigilância em saúde do trabalhador no município do Recife, em conformidade com as disposições do Art. 149, Incisos II, VIII e XII, da Lei Orgânica do município e art. 84 e § único da Lei 16.004/95 - Código Municipal de Saúde.	http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/16922/
DECRETO Nº 20.522, DE 1º DE JULHO DE 2004.	Consolida a criação e redefine unidades administrativas no âmbito da Secretaria de Saúde, com indicação das nomenclaturas de cargos em comissão e funções gratificadas.	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2004/2052/20522/decreto-n-20522-2004-consolida-a-criacao-e-redefine-unidades-administrativas-no-ambito-da-secretaria-de-saude-com-indicacao-das-nomenclaturas-de-cargos-em-comissao-e-funcoes-gratificadas
PORTARIA Nº 653/SAS/MS, DE 19 DE SETEMBRO DE 2006	Habilitação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Pernambuco – CEREST Estadual PE.	

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
PORTARIA Nº 2.728/2009 (PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 2, DE 28/09/2017)	Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html
PORTARIA MINISTERIAL Nº 1.823, DE 23 DE AGOSTO DE 2012 (PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 2, DE 28/09/2017)	Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Sa%C3%BAde%20do%20Trabalhador%20e%20da%20Trabalhadora.&text=Considerando%20a%20necessidade%20da%20defini%C3%A7%C3%A3o,Art.
NOTA INFORMATIVA Nº 61/2018-DSAST/SVS/MS	Indicadores de Saúde do Trabalhador monitorados pelo Cerest Quadrimestralmente.	https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/nota_informativa_61.pdf
PORTARIA Nº 660, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022	Amplia as doenças e agravos de notificação universal para saúde do trabalhador.	https://portalcievs.saude.pe.gov.br/docs/Portaria%20SES_PE_DNC_660_17.10.22.pdf
NOTA TÉCNICA Nº 46/2022-CGSAT/DSAST/SVS/MS	Orienta os Cerest estaduais, regionais e municipais na elaboração do Plano Anual de Trabalho (PAT), ferramenta essencial para o planejamento e execução das ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) no SUS.	https://colaboradsaste.saude.gov.br/login/index.php
PORTARIA Nº 1187/2023	Define o cadastramento dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), inclui e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS	https://saude.es.gov.br/Media/sesa/CEREST/PORTARIA%20N%C2%BA%201187,%20DE%2027%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202023-%20Cadastro%20dos%20Cerests%20no%20CNES%20e%20Procedimentos%20em%20ST.pdf
PORTARIA GM/MS Nº 4.922, DE 25 DE JULHO DE 2024	Altera as Portarias de Consolidação MS nº 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para modificar a nomenclatura da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - RENAST e para redefinir os valores do incentivo de custeio e manutenção dos serviços habilitados como Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST, respectivamente.	https://www.rsdata.com.br/wp-content/uploads/2024/08/PORTARIA-GM_MS-No-4.922-DE-25-DE-JULHO-DE-2024-DOU-Imprensa-Nacional.pdf
PORTARIA GM/MS Nº 5.674, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2024	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, e atualiza a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5674_05_11_2024.html
NOTA TÉCNICA Nº 8/2024-CGSAT/DVSAT/SVSA/MS	Reorienta a realização das ações para atender os critérios contidos no Indicador de Saúde do Trabalhador no Plano Nacional de Saúde – PNS 2024/2027: “Percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) Regionais e Municipais com atuação satisfatória”	https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/202408/14100632-nota-tecnica-n-8.pdf
RESOLUÇÃO CIB/PE Nº 6704, DE 27 DE JUNHO DE 2024	Redefine a organização dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) no Estado de Pernambuco.	https://drive.google.com/file/d/1PputuQa1J_4tqvieEN1a-ZOhHEoBw0W5/view
NOTA TÉCNICA Nº 21/2025-CGSAT/DVSAT/SVSA/MS	Orienta a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renastt) sobre a vigilância do Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT).	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2025/nota-tecnica-no-21-2025-cgsat-dvsat-svsa-ms.pdf/view
NOTA TÉCNICA Nº 36/2025-CGSAT/DVSAT/SVSA/MS	Reorienta a realização das ações para atender aos novos critérios contidos no Indicador de Saúde do Trabalhador do Plano Nacional de Saúde – PNS 2024-2027: “Percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) Regionais e Municipais com atuação satisfatória".	https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/202408/14100632-nota-tecnica-n-8.pdf
PORTARIA Nº 198/GM, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2004	Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores.	Portaria nº 198 de 13.02.2004pdf
LEI DE INSTRUTORIA PARA ESCOLA DE GOVERNO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE - EGMSR	Dispõe sobre remuneração adicional a ser concedida aos servidores da Administração Direta e Indireta do Município, que participem como Instrutor, Tutor ou Coordenador dos cursos oferecidos pela Escola de Governo da Prefeitura da Cidade do Recife (EGMSR).	Lei Municipal nº 18.894 de 21 de fevereiro de 2022
REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DO RECIFE – EGSMR	Aprova o Regimento Interno da Escola de Governo em Saúde do Município do Recife - EGSMR.	REGIMENTO ESR.pdf

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
PORTARIA Nº 171/2024, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024 - POLITICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAUDE	Institui a Política Municipal de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde.	Portaria 171_2024 Educação Popular.pdf
SITE DA ESCOLA DE SAÚDE DO RECIFE	O site da Escola de Saúde do Recife (ESR) é um canal virtual de comunicação da instituição com os profissionais da rede de saúde e demais interessados. Nele estão disponíveis as normativas e documentos institucionais, bem como a divulgação das ações educacionais ofertadas pela ESR. No site está disponível biblioteca virtual, informações dos programas de residência, bem como orientações para acesso ao Formulário de Anuência para Pesquisa e Extensão, Youtube ESR e Ambiente Virtual de Aprendizagem.	https://escoladesaude.recife.pe.gov.br/
PORTARIA Nº147/2025-GAB/SESAU	Institui a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) e dá outras providências.	PORTARIA Nº 147.2025_GAB_SESAU_Política Municipal de Educação Permanente em Saúde.pdf
LEI MUNICIPAL Nº 19.470, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025	Institui bonificação para preceptores de Programas de Residência em Medicina de Família e Comunidade e Residência Multiprofissional em Saúde da Família, com base em incentivos federais para a Atenção Primária à Saúde.	LEI MUNICIPAL Nº 19.470, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.
Edital de credenciamento de Instrutores - Programas de Residência	Edital de credenciamento de Instrutores, modalidade docente, para atuação nos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde e Médica da Escola de Governo em Saúde do município do Recife – (EGSMR).	Edital de credenciamento de Instrutores
PORTARIA Nº 107/2025 – GAB/SS, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025	Instituir, no âmbito da Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, os Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS), com o objetivo de fortalecer e consolidar no território municipal a Política de Educação Permanente em Saúde para o SUS, por meio da implementação de ações educativas em saúde e para o desenvolvimento dos trabalhadores do SUS, possibilitando maior integração entre as práticas profissionais e as atividades formativas, no contexto do trabalho em saúde.	PORTARIA Nº 107.2025_GAB_SS_NEPS.pdf https://escoladesaude.recife.pe.gov.br/neps-sus-recife/
LEI Nº 14.728/85	Estatuto dos Servidores do Município de Recife.	https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/lei-ordinaria-14728-1985-recife-pe-consolidada-09-07-2014.pdf
LEI Nº 17.772/2012	Institui o plano de cargos, carreiras, desenvolvimento e vencimentos - PCCDV dos servidores efetivos do grupo ocupacional saúde da administração direta do município do Recife.	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2012/1778/17772/lei-ordinaria-n-17772-2012-institui-o-plano-de-cargos-carreiras-desenvolvimento-e-vencimentos-pccdv-dos-servidores-efetivos-do-grupo-ocupacional-saude-da-administracao-direta-do-municipio-do-recife
DECRETO Nº 37.114 DE 20 DE OUTUBRO DE 2023	Regulamenta a progressão por qualificação e a progressão por mérito dos servidores do Grupo Ocupacional Saúde.	https://drive.google.com/file/d/1CbUXupn8SrD1cOY1n4054xbi1Haz7nCO/view
DECRETO Nº 28.779 DE 04 DE MAIO DE 2015	Define critérios e procedimentos para avaliação de desempenho em estágio probatório.	DECRETO 28.779-2015
LEI MUNICIPAL nº 18.969 , DE 26 DE JULHO DE 2022	Estabelece novo modelo de gestão dos distritos sanitários e das unidades de saúde da rede municipal de saúde e dá outras providências.	Lei Ordinária 18969 2022 de Recife PE
DECRETO Nº 36.482 DE 2023	Regulamenta a Lei Municipal nº 18.969 de 26 de julho de 2022, que estabelece novo modelo de gestão dos Distritos Sanitários e das unidades municipais de saúde.	Decreto 36482 2023 de Recife PE
PORTARIA CONJUNTA Nº 001 DE 30 DE AGOSTO 2024	Dispõe sobre os indicadores e sub-indicadores previsto no novo modelo de gestão dos Distritos Sanitários e das unidades municipais de saúde.	Portaria Conjunta nº 001 -2024
LEI Nº 19.131 DE 2023	Cria cargos efetivos no âmbito da Secretaria de Saúde do Município, para provimento mediante concurso público e seleção pública, além de ampliar e qualificar a atenção básica da Rede Municipal de Saúde, e dá outras providências.	Lei municipal 19.131-2023- cargos e AB

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
LEI Nº 17.732/2011	Dispõe sobre a remuneração dos servidores efetivos e comissionados da administração direta, autárquica e fundacional do município do recife e de outras vantagens especificadas.	Lei-ordinaria-17732-2011-Recife-PE_PLANTÃO EXTRA.pdf
LEI Nº 17.398 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007	Institui a gratificação especial de eventos extraordinários no âmbito da secretaria de saúde.	Lei municipal 17.398-2007 - Eventos Extraordinários_AGO_2018.pdf
DECRETO Nº 37.024 DE 29 DE SETEMBRO DE 2023	Estabelece critérios e procedimentos gerais sobre o regime de teletrabalho, as férias e a jornada de trabalho, aplicáveis aos servidores públicos em exercício nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional.	Decreto 37.024-2023 - Jornada de Trabalho.pdf
PORTARIA Nº 127 DE 16 DE OUTUBRO DE 2023	Estabelece procedimentos específicos e fluxos para os processos de mobilidade interna dos servidores em efetivo exercício na Secretaria de Saúde.	Portaria 127 - 2023- mobilidade
SISTEMA DE MOBILIDADE	Link para solicitação de credenciamento de mobilidade interna para servidores lotados na Secretaria de saúde.	https://sesuite.recife.pe.gov.br/softexpert/login
PORTARIA Nº 2927, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025	Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Saúde do Município, que estabelece a organização, funcionamento, competências e responsabilidades dos órgãos que compõem a Secretaria.	PORTARIA Nº 2927_2025_Regimento interno_SESAU.pdf
LEI MUNICIPAL Nº 19.390 DE 11 DE JUNHO DE 2025	Cria a Bonificação por Desempenho para os agentes públicos que especifica, lotados na Estratégia de Saúde da Família, na Estratégia de Agente Comunitário de Saúde e nas equipes Multiprofissionais (eMulti) do município do Recife.	LEI MUNICIPAL Nº 19.390_2025 - BONIFICAÇÃO POR DESEMPENHO.pdf
DECRETO Nº 12.026, DE 21 DE MAIO DE 2024	Institui o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12026.htm
LEI Nº 14.912, DE 3 DE JULHO DE 2024	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar a realização de campanhas permanentes sobre os riscos de automedicação.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14912.htm
RDC Nº 50, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	Dispõe sobre a atualização do Anexo III, Indicações previstas para tratamento com a Talidomida, da RDC nº. 11, de 22 de março de 2011.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2015/rdc0050_11_11_2015.pdf
REMUME RECIFE 2025	Relação Municipal de Medicamentos Essenciais.	https://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/REMUME%202025_maio%202025_493db44fae30760669054cf867e2e7cd.pdf
PORTARIA N.º 3.916, DE 30 DE OUTUBRO DE 1998	Política Nacional de Medicamentos.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf
RESOLUÇÃO Nº 338, DE 06 DE MAIO DE 2004	Política Nacional de Assistência Farmacêutica.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html
LEI Nº 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973	Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5991.htm
PORTARIA Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998	Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
RESOLUÇÃO TC Nº 249, DE 7 DE AGOSTO DE 2024	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados no planejamento das aquisições e na gestão de medicamentos e produtos para saúde no âmbito da Administração Pública estadual e municipal do estado de Pernambuco.	https://atosoficiais.com.br/tcepe/resolucao-n-249-2024-dispoe-sobre-os-procedimentos-a-serem-observados-no-planejamento-das-aquisicoes-e-na-gestao-de-medicamentos-e-produtos-para-saude-no-ambito-da-administracao-publica-estadual-e-municipal-do-estado-de-pernambuco?origin=instituicao
PORTARIA Nº 091, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023	Atualização do Regulamento para Prescrição e Dispensação de Medicamentos.	https://dome.recife.pe.gov.br/upload_dome/DO_118_12_09_2023-assinado.pdf

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
MANUAL DO HÓRUS RECIFE	Manual do Hórus Recife - 2025.	https://drive.google.com/drive/folders/12tJHl0fK3Afo3DpcSjhWEWqwOkBDJnOQ
NOTA TÉCNICA 031	Normativa quanto à prescrição de medicamentos na Secretaria Municipal de Saúde.	https://drive.google.com/drive/folders/19Je26UOcMdgbPP4USgHyOPnNUNVSe6VP
NOTA TÉCNICA 017/2024	Medicamentos de Alta Vigilância.	https://drive.google.com/drive/folders/1JdTqxH5vsBcuGft1OEILvEGC0gnGsEE6
NOTA TÉCNICA Nº 82/2024	Recomendações sobre o novo elenco de psicofármacos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) Recife.	https://drive.google.com/drive/folders/1JdTqxH5vsBcuGft1OEILvEGC0gnGsEE6
RENAME 2024	Relação Nacional de Medicamentos Essenciais.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao_nacional_medicamentos_2024.pdf
REESME 2025	Relação Estadual de Medicamentos Essenciais.	https://farmacia.saude.pe.gov.br/wp-content/uploads/2025/11/REESME-2025.pdf
CI Nº 128/2025	Regulamentação para prescrição e dispensação de medicamentos na Rede Municipal.	https://drive.google.com/drive/folders/1sP3cnBfN-7iCGcBlQiR8Frq3jUD6VbZl
NOTA TÉCNICA SESAU/SEAF/GAF Nº 1/2025	Regulamenta o uso da funcionalidade "Conecta Medicamentos".	https://drive.google.com/drive/folders/1k0NifxGFeDZoQyKitTmP1CAQyCleE1Hp
NOTA TÉCNICA SESAU/SEAF/GGAF Nº 3/2025	Orientações sobre prescrição e dispensação de insulinas NPH e Regular diante do desabastecimento temporário de canetas e carpules.	https://drive.google.com/drive/folders/1AmLpEoPUZrSSuCasukfOhk_nJvLNJyp0
CARTILHA PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE	Orientações sobre o uso das canetas aplicadoras de insulina humana NPH e regular (descartável e reutilizável).	https://drive.google.com/drive/folders/1AmLpEoPUZrSSuCasukfOhk_nJvLNJyp0
PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL	Programa do Governo Federal que visa complementar a disponibilização de medicamentos utilizados na Atenção Primária à Saúde.	https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/farmacia-popular
PORTARIA 1.600 DE 7 DE JULHO DE 2011	Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atençãoàs Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html
PORTARIA 2.048 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2002	Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html
PORTARIA MS 1.010 DE 21 DE MAIO DE 2012	Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html
PORTARIA 1.864 DE 29 DE SETEMBRO DE 2003	Institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências, por intermédio da implantação de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência em municípios e regiões de todo o território brasileiro: SAMU-192.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/prt1864_29_09_2003.html
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 03/2017	Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 06/2017	Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.	https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_6_28_SETEMBRO_2017.pdf
PORTARIA Nº 958, DE 17 DE JULHO DE 2023	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os valores do incentivo financeiro de custeio para manutenção das unidades móveis e Centrais de Regulação das Urgências efetivamente implantadas do SAMU 192.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0958_18_07_2023.html
RDC Nº 786, DE 5 DE MAIO DE 2023	Dispõe sobre os requisitos técnico-sanitários para o funcionamento de Laboratórios Clínicos, de Laboratórios de Anatomia Patológica e de outros Serviços.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-786-de-5-de-maio-de-2023-482394228
PORTARIA SCTIE/MS Nº 171, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022	Teste de Liberação de Interferon-gama (IGRA) para detecção de infecção latente pelo Mycobacterium tuberculosis.	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-sctie/ms-n-171-de-6-de-dezembro-de-2022-449277976

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
RDC Nº 830, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023	Uso de dispositivos médicos para diagnóstico in vitro, inclusive seus instrumentos.	https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000830&seqAto=000&valorAno=2023&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=1696&cod_modulo=134&pesquisa=true
POLÍTICA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA EM SAÚDE	Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS) que norteie as ações de tecnologia da informação e comunicação (TIC) de todo o sistema de saúde brasileiro.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_infor_informatica_saude_2016.pdf
ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE SAÚDE DIGITAL 2020-2028	A Estratégia de Saúde para o Brasil para 2028 (ESD28) procura sistematizar e consolidar o trabalho realizado ao longo da última década, materializado em diversos documentos e, em especial, na Política Nacional de Informação e Informática em Saúde – PNIIS (BRASIL, 2015). A PNIIS estabelece a fundação conceitual para a Saúde Digital, incluindo a sua relação com outras políticas públicas e de saúde, com o Plano Nacional de Saúde (BRASIL, 2016) e com outras estratégias e iniciativas de Governo Digital.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf
PORTARIA GM/MS Nº 1.604, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023	Institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1604_20_10_2023.html
DECRETO Nº 12.560/2025	Transforma RNDS em política de Estado; regulamenta Plataformas SUS Digital; fomenta interoperabilidade e proteção de dados.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12560.htm
PORTARIA GM/MS Nº 7.495/2025	Institui Componente SUS Digital no "Agora Tem Especialistas"; catálogo nacional de telessaúde; Meu SUS Digital, SUS Digital Profissional/Gestor.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2025/prt7495_05_08_2025.html
PORTARIA Nº 022/2025-GAB/SS, 20 DE FEVEREIRO DE 2025	Dispõe sobre o Registro Eletrônico de Saúde - RES em Recife.	https://dome.recife.pe.gov.br/dome//buscar.php?palavras=PORTARIA+N%C2%BA+022%2F2025-GAB%2FSS%2C+20+DE+FEVEREIRO+DE+2025&opcaoBusca=frase&dataIni=02%2F03%2F2025&dataFim=02%2F03%2F2026
PORTARIA GM/MS Nº 3.691, DE 23 DE MAIO DE 2024	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Ação Estratégica SUS Digital - Telessaúde.	https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3691_29_05_2024.html
PORTARIA Nº 2.546, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011	Redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (Telessaúde Brasil Redes).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2546_27_10_2011.html
PORTARIA GM/MS Nº 3.232, DE 1º DE MARÇO DE 2024	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa SUS Digital.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.232-de-1-de-marco-de-2024-546278935
LEI Nº 14.510, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; e revoga a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14510.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.510%2C%20DE%2027,15%20de%20abril%20de%202020
PORTARIA GM/MS Nº 3.526, DE 12 DE ABRIL DE 2024	Altera o Anexo LXXIII à Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 e o Anexo XV à Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3526_15_04_2024.html
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
PORTARIA GM/MS Nº 9.262/2025	Política Nacional de Regulação em Saúde do SUS; integra saúde digital, telessaúde e telerregulação à RNDS.	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-9.262-de-30-de-dezembro-de-2025-678996477
RDC ANVISA Nº 1.000/2025	Padrão nacional para receitas controladas digitais; prescrições eletrônicas exclusivas, validação em farmácias para reduzir fraudes.	https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00001000&seqAto=000&valorAno=2025&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=1696&cod_modulo=134&pesquisa=true

Legislação Vigente / Documentos Norteadores	Do que se trata	Link para o acesso:
PORTARIA Nº 025/2025-GAB/SS, 26 DE FEVEREIRO DE 2025	Regulamenta o Núcleo Municipal de Telessaúde em Recife.	https://dome.recife.pe.gov.br/dome//buscar.php?palavras=PORTARIA+N%C2%BA+025%2F2025-GAB%2FSS%2C+26+DE+FEVEREIRO+DE+2025&opcaoBusca=frase&dataIni=02%2F03%2F2025&dataFim=02%2F03%2F2026
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 17.281/2006	Institui a Ouvidoria Municipal em Saúde no âmbito da Administração Pública Municipal, vinculada administrativamente a Secretaria de Saúde.	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2006/1729/17281/lei-ordinaria-n-17281-2006-institui-a-ouvidoria-municipal-em-saude-no-ambito-da-administracao-publica-municipal
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	Artigo 16, parágrafo único da Lei nº 13.460, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm
LEI Nº 17.280/2006, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006	Altera o Conselho Municipal de Saúde e cria os Conselhos Distritais e de Unidades e Revoga as Leis nº 15.773 de 18 de junho de 1993 e 16.114 de 10 de novembro de 1995.	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2006/1728/17280/lei-ordinaria-n-17280-2006-altera-o-conselho-municipal-de-saude-e-cria-os-conselhos-distritais-e-de-unidades-e-revoga-as-leis-n-15773-de-18-de-junho-de-1993-e-16114-de-10-de-novembr
REGIMENTO INTERNO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO RECIFE	Disciplinar e regulamentar as atribuições, competências, organização e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, dos Conselhos Distritais e dos Conselhos de Unidades de Saúde.	https://drive.google.com/file/d/0B5eiTuQLLdhddDRLbUJfMDIzdTg/view?resourcekey=0-ruMVD4pS1RjwsV4E_loUPA
SITE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO RECIFE	O site do Conselho Municipal de Saúde do Recife (CMS-Recife) é um espaço virtual de comunicação do órgão com a sociedade. Seu principal objetivo é disponibilizar informações sobre a atuação do CMS, seus objetivos, composição e normas, além de facilitar o acesso a documentos, legislações, regimentos, resoluções e relatórios relacionados ao controle social da Política de Saúde no município. O portal também divulga notícias, ações e atividades do Conselho, fortalecendo a participação social na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) em Recife.	https://recifecms.wixsite.com/cmsrecife